

Galvão
h.

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO
ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO E A FREGUESIA DE CABRELA**
(Legislação aplicável: Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

Contrato Interadministrativo nº 026/2025/GAF
(cabimento nº 1365/2025 - Compromisso nº 1377/2025)

**AQUISIÇÃO E MONTAGEM DE COBERTURA DE SOMBRA PARA O PARQUE INFANTIL
DO JARDIM DE INFÂNCIA / ESCOLA BÁSICA DE CABRELA**

Considerando que:

Uma das atribuições conferidas aos municípios é a promoção da salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, cfr. nº 1 do artº 23º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação;

As freguesias dispõem de atribuições e competências em domínios bastante diversificados, desempenhando um papel decisivo na prossecução dos interesses próprios das respetivas populações e, dada a sua proximidade e o profundo conhecimento das realidades e dinâmicas do seu quotidiano, essa especial relação de proximidade confere-lhes uma posição privilegiada nessa sua missão;

Nem sempre dispõem de meios suficientes para o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cabal cumprimento das suas atribuições e competências, in casu, *“Aquisição e montagem de cobertura de sombra para o Parque Infantil do Jardim de Infância e escola Básica de Cabrela”*;

Nos termos das alíneas a) e j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

Entre

O Município de Montemor-o-Novo, pessoa coletiva nº 506609553, neste ato devidamente representado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, Olímpio Manuel Vidigal Galvão, titular do cartão de cidadão [REDACTED], válido até [REDACTED] com domicílio profissional no Largo dos Paços do Concelho, 7050-127 Montemor-o-Novo, que outorga no uso dos poderes que lhe são conferidos pela alínea a) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, adiante designado por **Primeiro Outorgante**;

E

A **Junta de Freguesia de Cabrela**, pessoa coletiva nº 506778843, neste ato devidamente representada pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Paula Cristina Pinto Martins, titular do cartão de cidadão [REDACTED], válido até [REDACTED] e com domicílio profissional na Rua Francisco António Correia Palhavã, nº 24, 7050-400, Cabrela, que outorga no uso dos poderes que lhe são conferidos pelas alíneas a) e g) do n.º 1 do artigo 18º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, adiante designada por **Segunda Outorgante**.

O presente Contrato Interadministrativo foi deliberado em reunião de Câmara Municipal no dia 19/02/2025, e em reunião de Junta de Freguesia no dia 19/04/2025, autorizado pela Assembleia Municipal no dia 30/04/2025 e em reunião de Assembleia de Freguesia no dia 30/04/2025., de que os precedentes considerandos fazem parte integrante:

Cláusula 1ª

(Objeto)

O presente Contrato Interadministrativo define os termos e condições de colaboração entre as Partes com vista a "Aquisição e montagem de cobertura de sombra para o Parque Infantil do Jardim de Infância e escola Básica de Cabrela".

Cláusula 2ª

(Regime de comparticipação financeira)

No âmbito do presente Contrato Interadministrativo, o primeiro outorgante compromete-se a transferir para a segunda outorgante a comparticipação constante da cláusula terceira deste protocolo que corresponde a uma comparticipação de **100%** do orçamento por esta enviado.

Cláusula 3ª

(Apoio financeiro)

A comparticipação financeira no valor de **10 494,00€** (dez mil quatrocentos e noventa e quatro euros) será transferida mediante a apresentação dos comprovativos de despesas efetuada.

Cláusula 4ª

(Cabimento)

A assunção da despesa tem cabimento orçamental no presente ano económico na rubrica 2018-A-3 das Grandes Opções do Plano e rubrica 0102 0805010 do orçamento do Município para o ano de 2025, tendo o compromisso desta despesa sido efetuado em 14/05/2025 com o seguinte nº sequencial 1377/2025.

Cláusula 5ª

(Natureza do Contrato Interadministrativo)

Os contraentes reconhecem a natureza administrativa do presente Contrato Interadministrativo, nos termos dos artigos 200.º e 202.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 278º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, assumindo o

Município os poderes previstos no artigo 302º do mesmo Código, obrigando-se desde já a segunda outorgante a facilitar e contribuir para esse controlo e acompanhamento, designadamente, fornecendo todas as informações solicitadas para esse efeito.

Cláusula 6ª
(Modificações e Obrigações comuns)

O presente Contrato Interadministrativo pode ser objeto de revisão, por acordo expresso das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Município, devido a imposição legal ou ponderoso interesse público, mediante adenda com as alterações a introduzir, as quais passam a fazer parte integrante do protocolo.

Cláusula 6ª
(Vigência e Publicidade)

O presente Contrato Interadministrativo vigorará até à data do efetivo pagamento do apoio financeiro concedido, produzindo efeitos após a sua assinatura e será publicitado na página web do Município, no endereço www.cm-montemornovo.pt, nos termos e para os efeitos do previsto na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto.

Face ao seu valor este Contrato Interadministrativo não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas nos termos do preceituado no nº 2 do artigo 48º da Lei nº 98/97 de 26 de agosto na sua atual redação, impendendo sobre os outorgantes uma obrigação genérica de colaboração e informação mútua sobre tudo o que possa ser relevante para a boa e harmoniosa execução do presente protocolo e atuar diligentemente na prossecução dos seus fins.

Arquivo os seguintes documentos válidos à data do protocolo:

Comprovativo de situação contributiva regularizada perante a segurança social – declaração emitida a 16/05/2025, com a validade de 6 meses;

Comprovativo de situação tributária regularizada perante a autoridade tributária – certidão emitida a 16/05/2025, com a validade de 6 meses;

Assinado no edifício dos Paços do Concelho de Montemor-o-Novo, a 19/05/2025, em dois exemplares de igual valor.

O Presidente da Câmara Municipal
de Montemor-o-Novo



(*Olímpio Manuel Vidigal Galvão*)

A Presidente da Junta de Freguesia
de Cabrela



(*Paula Cristina Pinto Martins*)